

PROFESSORES

Proposta é de aumento para outubro e greve continua

Reajuste proposto pela prefeitura só será concedido se as finanças reagirem até lá

GABRIELA COUTO
LAIRTES CHAVES

A greve dos professores da Rede Municipal de Ensino (Reme) entra no seu terceiro dia hoje. A manutenção da paralisação foi aprovada pela categoria por unanimidade, ontem em assembleia. Os docentes rejeitaram a proposta da prefeitura, que foi de de repassar o percentual da inflação do período a partir de outubro de 2015. Tal aumento, no entanto, conforme documento da administração municipal, estaria “condicionado ao ajustamento do índice à Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que na data do reajuste o índice esteja abaixo do limite prudencial de 51,3% e que o aumento não ultrapasse o referido limite”. Ironizando, os professores afirmam que a oferta é uma “pérola”.

“A categoria achou a proposta do executivo sem consistência. Vamos continuar os atos cobrando nossos direitos até que a prefeitura cumpra as leis federal 11.738/08 e Municipal 5.411/14. Queremos uma garantia e segurança de que vai ter o pagamento do piso de R\$ 1.917,00 para jornadas de até 40 horas”, acrescentou o presidente da ACP, Geraldo Gonçalves.

De acordo com o Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP), até ontem das 94 escolas municipais, só 48 tinham aderido à greve. Os professores trabalham agora para aumentar o movimento e planejam



Saiba

Greve começou ruim na Capital

A greve das escolas municipais começou na última segunda-feira (25), mas está enfraquecida. Isso porque de 94 escolas, apenas 46 pararam as atividades. Já ontem, o movimento contabilizava 48 colégios sem aulas. Muitos professores não querem parar para não comprometer o calendário escolar. Já outros dizem estar sendo coagidos pela direção das escolas a não aderir à greve

inclusive acampar no paço municipal e na Câmara de Vereadores. Hoje estão programadas panfletagens dos manifestantes no centro da Capital.

Na tentativa de sensibilizar os vereadores, a categoria lotou a Câmara Municipal na manhã de ontem para exigir que os parlamentares se mobilizassem para cobrar, e exigir que o prefeito Gilmar Olartes (PP) cumprisse a lei do piso salarial do magistério. O presidente da Comissão Permanente de Educação, Herculano Borges (PSC), afirmou que “o movimento é legítimo e os professores devem buscar seus direitos. No meu entendimento, o prefeito deve, sim, cumprir a lei e pagar o reajuste, mesmo



CÂMARA CHEIA. Educadores lotaram a Casa de Leis ontem de manhã em mais um dia de protesto

que para isso tenha que fundir secretarias e fundação. A educação deve ser tratada como prioridade”.

O vereador Chiquinho Telles (PSD), vê que o movimento grevista, apesar de legítimo, tem sido usado para fins políticos. Para Telles, a Câmara já fez o que podia para garantir o direito dos professores, aprovando a lei e instalando comissão parlamentar para acompanhar a gestão de Olarte, mas caberia ao judiciário e ao Ministério Público se posicionar quanto ao descumprimento da lei pelo prefeito.

Ex-secretário municipal de Educação, o vereador José Chadid (sem partido) garante que quando a lei do piso foi aprovada pela Câmara em 2013, a

Semed tinha um planejamento para pagar, de modo parcelado o reajuste aos professores. “Nós tínhamos tudo previsto no orçamento. O prefeito não pode dizer que não sabia que tinha que pagar ou que não tinha dinheiro, porque eu participei do planejamento e dinheiro havia. Está claro que nesta gestão educação e saúde não são prioridades. Se o prefeito não tem competência para gerir a cidade, que tenha a dignidade de renunciar”, afirmou o ex-secretário de Educação.

Eduardo Romero (PTdoB), que é relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a gestão de Olarte, afirmou que a educação há muito tempo tem sido sucateada na gestão do prefeito, e que a educação não

é prioridade, considerando que os cortes afetaram a pasta antes mesmo dos gastos com comissionados puros, aqueles funcionários que não têm outro vínculo com a prefeitura além da nomeação. Segundo Romero, o município gasta mais de R\$ 5 milhões mensais com os 1.073 comissionados da prefeitura, muito superior aos 735 da gestão anterior. “A exoneração, que foi publicada na sexta-feira, dos 242 servidores não passou de fachada, porque foram demitidos na maioria os cargos de comissão de servidores que já têm vínculo na prefeitura. O corte real precisa ser feito na lista dos que não são servidores. É ali que reside o problema dos gastos”, explicou.

FEDERAIS

Na UFMS professores param na sexta e greve é para 15 de junho

Os 1,3 mil professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) param suas atividades na sexta-feira, deixando pelo menos 16 mil acadêmicos sem aula. A paralisação de apenas um dia servirá de alerta ao governo federal e a greve da categoria deve ser deflagrada no dia 15 de junho. A ação faz parte de um movimento nacional dos servidores públicos federais que estão insatisfeitos com a ausência de diálogo do governo federal nos reajustes salariais deste ano.

Em assembléia realizada ontem de manhã na sede do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Mato Grosso do Sul (Aduf/MS-Sindical), em Campo Grande, os docentes aprovaram que a categoria entrasse em estado de greve a partir de hoje, para mobilizar os campi da instituição e manter assembleia permanente até que a greve seja deflagrada em 15 de junho.

Os pedidos da categoria são de que a União apresente uma proposta que considere o reajuste salarial com o mínimo da inflação de 8% e re-

ponha as perdas inflacionárias desde 2012.

O professor Marco Aurélio Stefanos argumenta que com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), as matrículas nas universidades cresceram 150% e que a contratação de professores aumentou apenas 30%. Ele também elenca que a produção científica no Brasil aumentou e fez com que o País subisse de 21º para 14º no ranking mundial. “Estamos trabalhando mais, produzindo mais e ganhando menos. Existem servidores ligados a outros ministérios que com formação de ensino médio ganham o mesmo que um professor doutor. Essa disparidade precisa acabar”.

O presidente da Aduf/MS, José Carlos da Silva, explicou que o estado de greve é uma estratégia para fortalecer o movimento e unir mais docentes para deflagrar a greve geral no próximo mês. Durante o período, o sindicato pretende intensificar discussões e encontros em todas as unidades da UFMS. Apesar da mobilização nacional, liderada pela Andes-SN, nem

todos os professores universitários estão convencidos de que o movimento grevista era necessário neste ano. É a opinião de professor João Vítor Batista Ferreira, do Instituto de Física. “Não acredito que seja o momento para greve. Com a eleição da presidente já era esperado esse cenário de dificuldade, então, quem votou nela [reitores firmaram compromissos durante a eleição de Dilma] deveria firmar um voto de confiança. Não deveria ter greve este ano”, explicou.



VOTAÇÃO. Docentes votaram ontem pela paralisação e pela greve

CAOS NA SAÚDE

Prefeitura melhora proposta e médicos devem voltar hoje

ANNY MALAGOLINI

Perto de resolver o impasse, a prefeitura da Capital ofereceu a volta das gratificações aos médicos e, em troca, categoria deve normalizar os atendimentos imediatamente. A greve dos médicos na Capital já dura 18 dias - nos dias 12, 13 e 14 os atendimentos foram normalizados -, e para ser encerrada, os profissionais querem formalizar acordo no Ministério Público. Para voltar a pagar o bônus salarial, a prefeitura precisa desembolsar R\$ 1,4 milhão.

A prosposta do município é de que seja feito o pagamento das gratificações dos médicos, a partir de junho. E para garantir que o acordo seja cumprido, o médico Valdir Siroma, presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul (Sinmed/MS) e o secretário de Saúde do município Jamal Salem, se comprometeram a assinar termo de ajustamento de conduta.

O secretário informou que para pagar os médicos serão feitos cortes de serviços e de comissionados na pasta de Saúde do município. Desde abril, 35 funcionários da Secretaria de Saúde de Campo Grande (Sesau) foram exonerados.

Fetems espera 75% de adesão nas escolas do Estado

Começa hoje, às 7h30, a greve dos 20 mil professores da rede estadual de ensino. Mesmo com a previsão da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems) de conseguir a adesão de 75% da categoria em todo o Estado, muitas escolas já “furaram” a paralisação, conforme apurou o **Correio do Estado**. Assim, o movimento que pede o reajuste de 10,98% para cumprir a Lei Estadual nº 4.464, de 19 de dezembro de 2013, inicia enfraquecido.

Segundo o presidente da Fetems, Roberto Botareli, ontem foi dia de percorrer as escolas para convencer os professores. “Algumas pessoas não querem aderir e o sindicato está indo conversar com elas para conscientizar sobre a importância da greve. Já distribuímos inclusive a carta que confirma a paralisação para os pais”, assegurou.

Além de reivindicar o cumprimento da lei estadual, a categoria também está pleiteando melhorias para os 6,2 mil servidores que trabalham nas secretarias, fazem a limpeza, alimentação, inspetoria. A luta é para que o reajuste dos funcionários administrativo seja ao menos os 8,64%, do índice da inflação, que é garantido por lei. A greve prejudica 270 mil estudantes sem aula por tempo indeterminado. As escolas que entrarem em greve vão ter que repor aulas nos sábados e cumprir um novo cronograma do ano letivo. **(GC)**



ESPERA. Dias de greve foram de sofrimento para a população